O estranho, o bizarro, o inesperado

Saul Duque · 24.11.2026

ECONOMIA · POLÍTICA · SOCIEDADE

Fazer política com as próprias vozes é um sinal positivo para o futuro. E a globalização deste movimento talvez seja, em décadas, a melhor notícia dentro deste fenómeno, potencializado pelas redes sociais, que normalizou e monetizou fascistas, nazistas, racistas e outros «istas» de má lembrança. Por mais redundante que seja, a hora é de renormalizar o que sempre foi normal.

Um programa semanal obrigatório da minha adolescência, nas noites de segunda-feira no Brasil, era assistir a «Acredite se quiser», uma série norte-americana dos anos 1980, apresentada pelo ator Jack Palance e sua filha, que mostrava pessoas e fatos curiosos ou extraordinários.

Foi nela que eu vi, pela primeira vez, a história trágica de Dom Pedro I e Inês de Castro e aprendi o significado da expressão «agora é tarde, Inês é morta».

Na série, havia duas frases que se repetiam em todos os episódios. A primeira era «O estranho, o bizarro, o inesperado», falada no início do programa quando Palance mostrava os assuntos do episódio.

A segunda era «Acredite se quiser», que era mostrada na voz do próprio criador do *Ripley's Believe It or Not!*, Robert L. Ripley, num trecho a preto e branco, extraído de uma temporada antiga da série.

Mais de 40 anos depois, estou aqui outra vez a ver o estranho, o bizarro e o inesperado na TV, protagonizados pelos acontecimentos em Portugal. Acredite se quiser.

O estranho de nenhum político ser obrigado a abdicar de um voto por causa de um conflito de interesses. A lei obriga-o apenas a declarar o conflito. E o mais estranho ainda é que, no Governo e na Assembleia da República, existam 40 políticos com participações em 56 empresas com actividade no sector imobiliário (várias com contratos ou que receberam subsídios públicos).

> As cidades são feitas de pessoas, pelas pessoas e para as pessoas. Quando isto é posto de lado, descaracteriza-se a cidade e empurra-se aqueles que lhe dão vida para longe. Uma cidade de turistas a tirar fotos de outros turistas, num cenário em inglês com ruas transformadas em paredões de lojas de pastel de nata gourmet, não é ruim apenas para os seus habitantes, mas também é ruim para os negócios. É fazer arroz de pato sacrificando a pata que põe os ovos de ouro.

Se há conflitos, estes precisam de regulação. E é de extrema ingenuidade achar que este grupo de pessoas, muitas delas a quebrar diariamente as regras mais básicas do convívio entre cidadãos e do debate cívico, vai proporcionar-nos uma espécie de chá de revelação ético e declarar-se impedido em

assuntos que lhe coloca dinheiro no bolso.

O bizarro de, na prática, termos equiparado o direito à habitação ao direito à especulação. As cidades são feitas de pessoas, pelas pessoas e para as pessoas. Quando isto é posto de lado, descaracteriza-se a cidade e empurra-se aqueles que lhe dão vida para longe. Uma cidade de turistas a tirar fotos de outros turistas, num cenário em inglês com ruas transformadas em paredões de lojas de pastel de nata gourmet, não é ruim apenas para os seus habitantes, mas também é ruim para os negócios. É fazer arroz de pato sacrificando a pata que põe os ovos de ouro.

> A criança sem quarto, o idoso sem teto, a família sem chão são uma questão muito maior. Maior ao ponto de levar centenas de milhares de portugueses às ruas e desqualificar todas as tentativas de diminuir este movimento ou demonizar os seus participantes.

E o inesperado é uma boa notícia. O assunto das casas em Portugal (e no mundo) juntou as pessoas de bom senso. Ao contrário de outras questões importantes, não houve como evitar que o direito à habitação derrubasse a fronteira ideológica direita-esquerda, artifício criado para fazer as pessoas mais suscetíveis acreditarem que falar disto ou daquilo é «esquerdopatia» ou, horror dos horrores, comunismo. A dor de não ter uma casa, a insegurança de ser despejado não cabem em uma classificação ideológica. A criança sem quarto, o idoso sem teto, a família sem chão são uma questão muito maior. Maior ao ponto de levar centenas de milhares de portugueses às ruas e desqualificar todas as tentativas de diminuir este movimento ou demonizar os seus participantes.

Fazer política com as próprias vozes é um sinal positivo para o futuro. E a globalização deste movimento talvez seja, em décadas, a melhor notícia dentro deste fenómeno, potencializado pelas redes sociais, que normalizou e monetizou fascistas, nazistas, racistas e outros «istas» de má lembrança. Por mais redundante que seja, a hora é de renormalizar o que sempre foi normal. Antes que Pedro não tenha mais teto. Antes que Inês esteja morta.
